



# **Relatório e Contas de 2018**



**Relatório de Gestão**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais**

**Anexo**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



# **Relatório de Gestão**

**1**

## 1 - Introdução

Exmos. Fundadores,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem o Diretor Executivo da FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES, com sede social na Rua Alexandre Rey Colaço, Nº 4 – 4A, Lisboa, com um capital social de 1.000.000,00 euros submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão que expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2018.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme modelos de demonstrações financeiras constantes da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

## 2 - Enquadramento Económico

Em 2018, a agência de notação financeira Fitch manteve o rating de Portugal em “BBB”, dois níveis acima de lixo. Portugal equilibrou os seus indicadores de desenvolvimento humano, governance e rendimento per capita, e melhorou os seus indicadores macroeconómicos e orçamentais com os níveis bastante elevados da dívida pública e da dívida externa e as vulnerabilidades do setor financeiro.

Em relação à perspetiva para a evolução da qualidade da dívida, a Fitch manteve-a em “estável”.

Assim, em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 2,1% em volume, sendo que deverá desacelerar para 1,8% em 2019. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB manteve-se em 2,3% em 2018 (2,3% em 2017).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)						
	2014	2015	2016	2017	2018 (a)	2019 (a)
Produto interno bruto (PIB)	0,9	1,8	1,9	2,8	2,1	1,8
Consumo privado	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,0
Consumo público	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,7	0,1
Défice (% do PIB)	-7,2	-4,4	-2,1	-2,9	-0,7	-0,2
Taxa de desemprego	13,9	12,4	11,1	8,9	7,0	6,2
Taxa de inflação (IHPC)	-0,2	0,5	0,6	1,6	1,4	1,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat

Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2018)

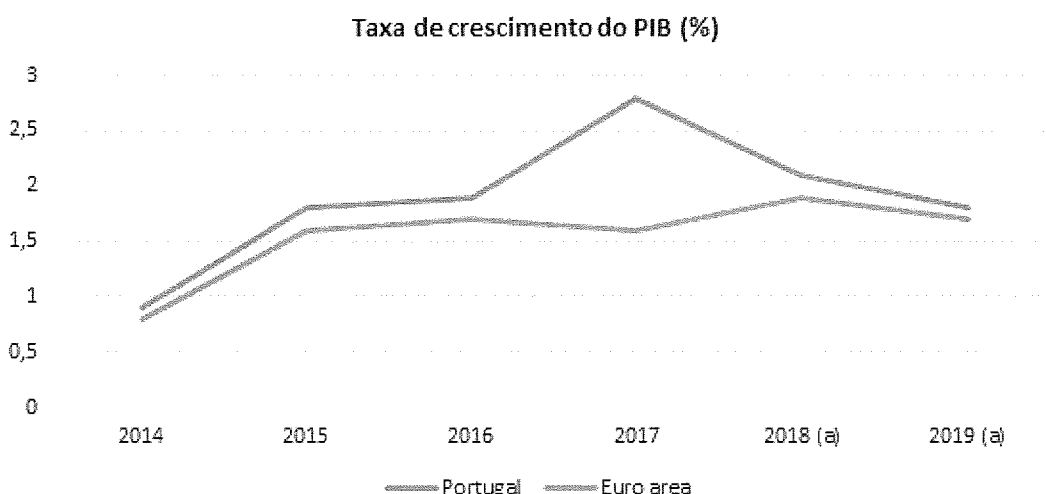


Diretor Executivo

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,0%, o que se traduz em cerca de 370 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 8,9%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2016 era de 11,1%.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2018, Portugal situou-se abaixo da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas são a de Espanha (14,3%) e da Grécia (18,6%), enquanto Alemanha (3,3%) e Sérvia (2,1%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 7,9% enquanto na União Europeia desceu para 6,6%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 2,1% em 2018, uma desaceleração em comparação com 2017 (2,8% em 2017). Para 2019, a Comissão Europeia prevê uma desaceleração do PIB, positivo em 1,8%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):

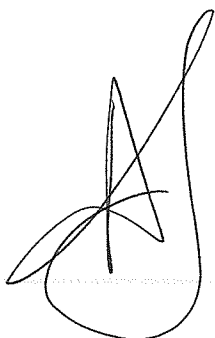


As atuais projeções implicam um crescimento ligeiramente inferior do PIB em 2018 e 2019, essencialmente devido a uma revisão em baixa do crescimento das exportações. Esta reflete a revisão das hipóteses relativas à evolução da procura externa e a incorporação da informação mais recente.

Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 2,5% positivos no ano de 2018, tendo previsto uma taxa de 2,1% positivos para 2019.

A crise política no Reino Unido com o “Brexit”, terá um impacto profundo na União Europeia, bem como em Portugal. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderiam descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

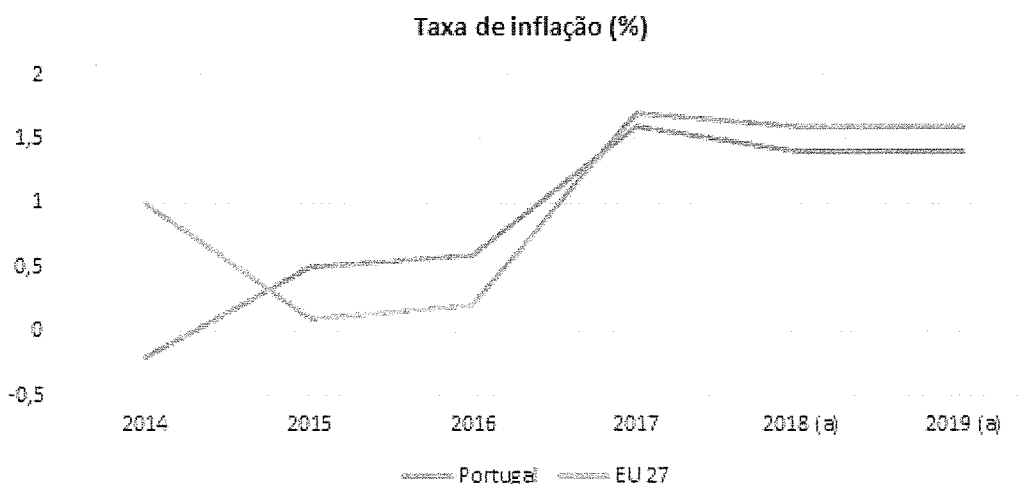


O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 2,25% e 2,5% ao ano.

A taxa de inflação em 2018, divulgada pelo INE, está prevista fixar-se nos 1,4%. Em 2017, o valor final da inflação tinha sido 1,6%.

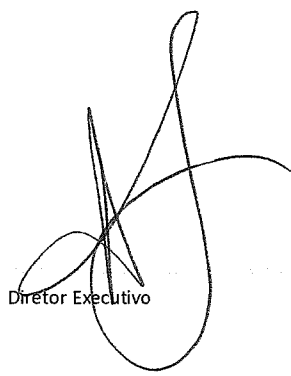
A Eurostat divulgou que a taxa de inflação anual da zona euro, relativamente a 2018, foi de 1,6%, enquanto na UE diminuiu para 1,7%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



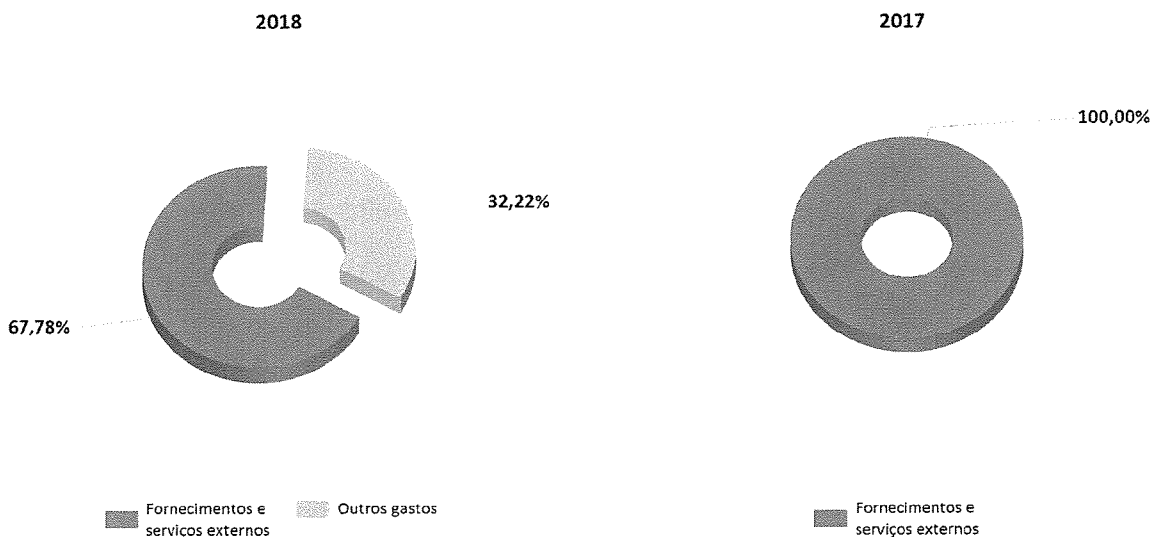
Os principais desafios da economia portuguesa para os próximos anos equiparam-se aos da área do euro e da União Europeia. O aprofundamento da União Económica e Monetária, em particular de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, é essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

De salientar que o turismo em Portugal já corresponde a 10% da economia nacional, tendo gerado 15,5 mil milhões de euros.

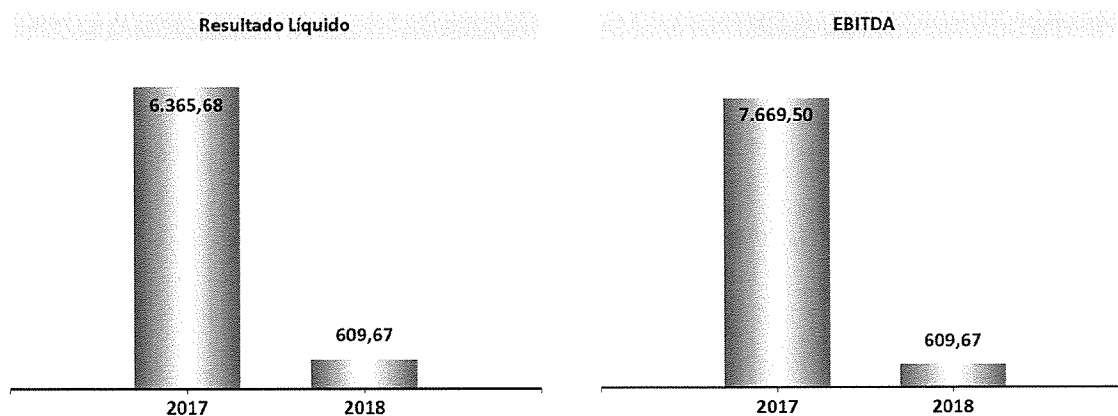
Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.



Diretor Executivo



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



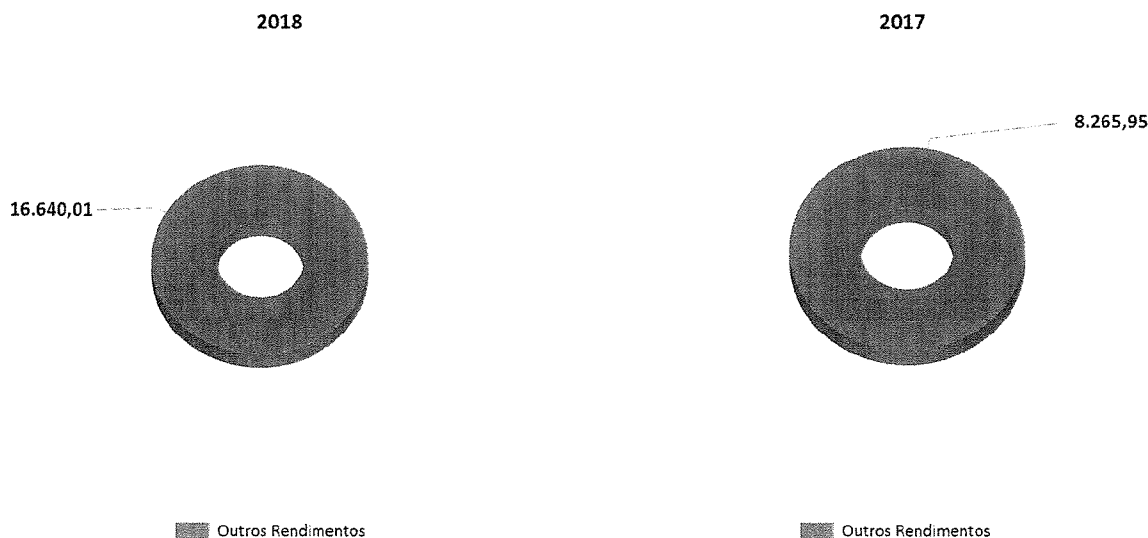
  
Diretor Executivo

### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

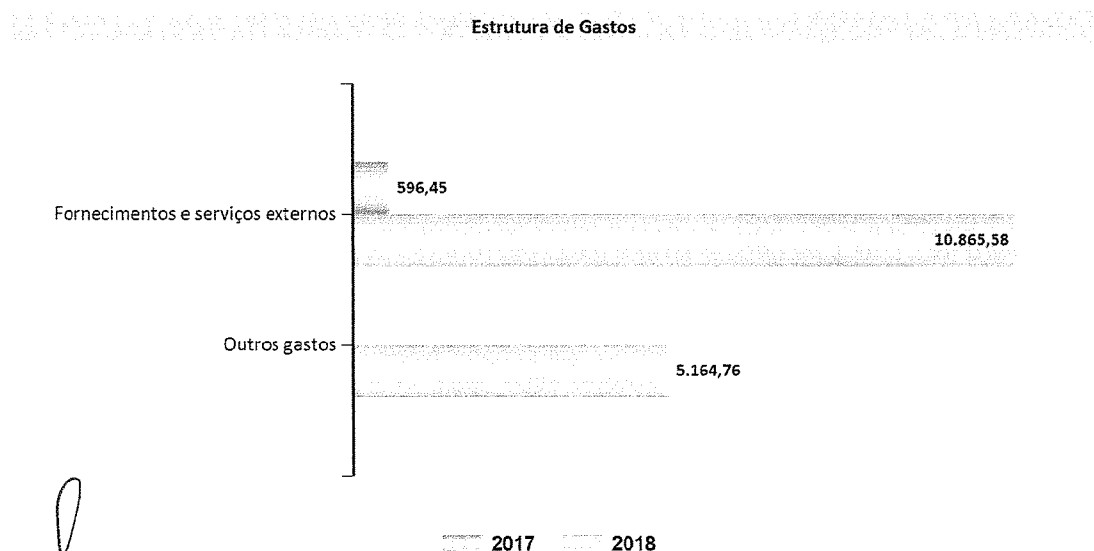
No período de 2018 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Fundação.

A Fundação tem por missão, prosseguir fins de beneficência e solidariedade social, sobretudo a doentes do foro oncológico e ainda o apoio no desenvolvimento e investigação científica e tecnológica na área oncológica.

Os rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Diretor Executivo



### 3.1 - Investimentos

No decorrer do exercício não ocorreram investimentos.

### 3.2 - Investigação & Desenvolvimento

A FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES não despendeu qualquer gasto nesta rubrica.

## 4 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

## 5 - Perspetivas para o Próximo Exercício

Durante o ano de 2018 foi efetuado um protocolo com a SCM da Chamusca, tendo início em 2019, no valor de 20.000 euros, 5.000 euros por ano, para apoio aos cuidados continuados da mesma.

Sendo os meios financeiros nesta área de intervenção escassos, irão ser adotados os projetos da Fundação – “Projecto Cooperação” e “Projecto Fundadores” e, consignar uma verba destinada à atribuição de subsídios que se entendam relevantes e não tenham enquadramento direto nos projetos da Fundação.

## 6 - Considerações Finais

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

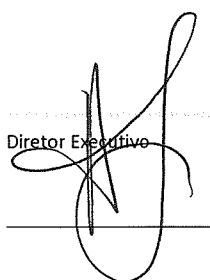
## 7 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES no período económico findo em 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de 609,67 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2018
Resultados Transitados	609,67

A Fundação não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



Diretor Executivo

## 8 - Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

### Diretor Executivo

António Vicente de Oliveira Gomes

### Conselho Fiscal

Nome: Paulo Dinis Delgado Chaves

Cargo: Presidente

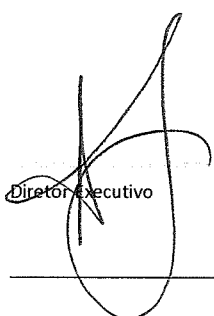
Nome: Luís Manuel Saraiva

Cargo: Vogal

Nome: Augusto Manuel Nunes Baptista

Cargo: Vogal

Lisboa, 18 de março de 2019



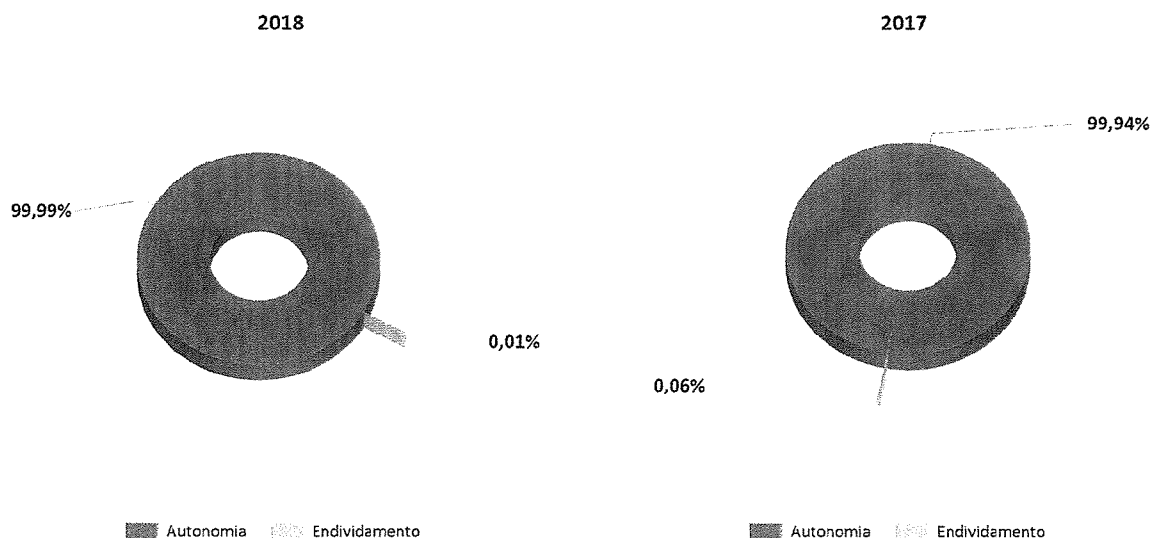
Diretor Executivo



**Balanço**

**2**

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



#### Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
Autonomia	99,99%	99,94%
Solvabilidade	1219554,12%	168725,91%
Liquidez Geral	136552,85%	168825,91%

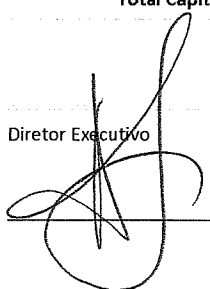
De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

#### ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	8.562.500,00	89 %	0,00	0 %
Ativo corrente	1.007.760,02	11 %	1.006.962,13	100 %
<b>Total ativo</b>	<b>9.570.260,02</b>		<b>1.006.962,13</b>	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	9.569.475,35	100 %	1.006.365,68	100 %
Passivo não corrente	46,67	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	738,00	0 %	596,45	0 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>9.570.260,02</b>		<b>1.006.962,13</b>	

Diretor Executivo





## **Demonstração de Resultados por Naturezas**

**3**

RUBRICAS		NOTAS		DATAS	
		2018	2017		
ATIVO					
Ativo não corrente					
Investimentos financeiros	5	8.562.500,00			
		8.562.500,00			
Ativo corrente					
Créditos a receber		353.312,00			
Estado e outros entes públicos	7	628,75	762,67		
Caixa e depósitos bancários	4	653.819,27	1.006.199,46		
		1.007.760,02	1.006.962,13		
Total do ativo		9.570.260,02	1.006.962,13		
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos		1.000.000,00	1.000.000,00		
Resultados transitados		6.365,68			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		8.562.500,00			
Resultado líquido do período		609,67	6.365,68		
Total dos fundos patrimoniais		9.569.475,35	1.006.365,68		
Passivo					
Passivo não corrente					
Outras dívidas a pagar		46,67			
		46,67			
Passivo corrente					
Fornecedores	8	738,00			
Outros passivos correntes	8		596,45		
		738,00	596,45		
Total do passivo		784,67	596,45		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.570.260,02	1.006.962,13		

Diretor Executivo

Contabilista Certificado

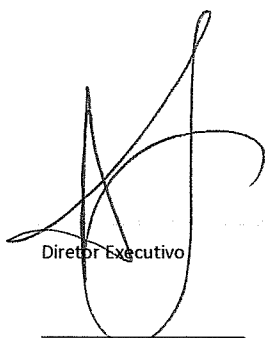


## **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**

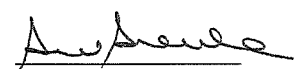
**Demonstração dos Resultados por Naturezas do período**  
**findo em 31-12-2018**  
**(montantes em euros)**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fornecimentos e serviços externos	9	(10.865,58)	(596,45)
Outros rendimentos	6	16.640,01	8.265,95
Outros gastos	9	(5.164,76)	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>609,67</b>	<b>7.669,50</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>609,67</b>	<b>7.669,50</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>609,67</b>	<b>7.669,50</b>
Imposto sobre o rendimento do período	7		(1.303,82)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>609,67</b>	<b>6.365,68</b>



Diretor Executivo

Contabilista Certificado







## **Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais**

**5**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do período  
findo em 31-12-2018  
(montantes em euros)**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2018	2017
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>		
Pagamentos a fornecedores	10.939,58	
Caixa gerada pelas operações	(10.939,58)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.066,49)
Outros recebimentos/pagamentos	(341.440,61)	(1.006.199,46)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(352.380,19)</b>	<b>(1.008.265,95)</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		8.265,95
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>8.265,95</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>1.000.000,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(352.380,19)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.006.199,46	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	653.819,27	1.006.199,46

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



**Anexo**

**6**

## 1 - Identificação da entidade

### 1.1. Dados de identificação

**Designação da entidade:** FUNDAÇÃO ANTÓNIO E MARIA EDUARDA GOMES

### 1.2. Sede

**Sede social:** Rua Alexandre Rey Colaço, Nº 4 – 4A, Lisboa

### 1.3. Natureza da atividade

**Natureza da atividade:** Fins de beneficência e de solidariedade social, contribuindo especialmente, através de apoios financeiros, para serviços e cuidados de saúde a doentes oncológicos e para a assistência à Liga Portuguesa contra o Cancro.

A Fundação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 514558610.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Fundação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2018.

## 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### - Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### - Regime da periodização económica (acrécimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

#### - Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Fundação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

#### - Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 não são comparáveis,

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



sendo que a Fundação iniciou a sua atividade em 13-09-2017.

**2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras**

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados não são comparáveis, sendo que a Fundação iniciou a sua atividade em 13-09-2017.

**3 - Principais políticas contabilísticas**

**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Fundação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Fundação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

**3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**

**Valores a receber**

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

**Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

**Rendimentos e gastos**

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

**Rédito**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

**Impostos sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

**3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte**

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

**Impostos sobre os lucros**


A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

\_\_\_\_\_  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
Contabilista Certificado



#### 4 - Fluxos de caixa

##### 4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	199,46	2.403.059,54	2.399.439,73	3.819,27
Outros depósitos bancários	1.006.000,00	1.000.000,00	1.356.000,00	650.000,00
<b>Total</b>	<b>1.006.199,46</b>	<b>3.403.059,54</b>	<b>3.755.439,73</b>	<b>653.819,27</b>

##### 4.2. Comentário do Diretor Executivo sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

#### 5 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

##### 5.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Outros Inv. Fin.	Inv. Fin. em Curso	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial							
Valor líquido inicial							
Movimentos do período				8.562.500,00			8.562.500,00
Outros movimentos do período				8.562.500,00			8.562.500,00
<b>Valor líquido final</b>				<b>8.562.500,00</b>			<b>8.562.500,00</b>

#### 6 - Rédito

##### 6.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

##### 6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros	2.515,00	8.265,95
Outros réditos	14.125,01	
<b>Total</b>	<b>16.640,01</b>	<b>8.265,95</b>

Diretor Executivo

Contabilista Certificado

## 7 - Impostos e contribuições

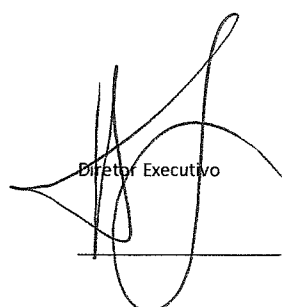
### 7.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	609,67	7.669,50
Imposto corrente		1.303,82
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		1.303,82
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		17,00

### 7.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

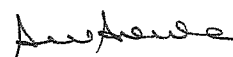
A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	628,75		762,67	
Retenções efetuadas por terceiros	628,75			
IRC a receber / pagar			762,67	
<b>Total</b>	<b>628,75</b>		<b>762,67</b>	



Diretor Executivo

Contabilista Certificado





## 8 - Instrumentos financeiros

### 8.1. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
<b>Ativos financeiros:</b>			<b>353.312,00</b>		
Adiantamentos a fornecedores			812,00		
Outras contas a receber			352.500,00		
<b>Passivos financeiros:</b>			<b>784,67</b>		
Fornecedores			738,00		
Outras contas a pagar			46,67		
<b>Ganhos e perdas líquidos:</b>					
<b>Rendimentos e gastos de juros:</b>			<b>2.515,00</b>		
De ativos financeiros			2.515,00		

### 8.2. Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais encontram-se devidamente evidenciados na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo Inicial	Debitos	Creditos	Saldo Final
<b>Capital</b>	<b>1.000.000,00</b>			<b>1.000.000,00</b>
Resultados transitados			6.365,68	6.365,68
Outras variações nos capitais próprios			8.562.500,00	8.562.500,00
Doações			8.562.500,00	8.562.500,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>		<b>8.568.865,68</b>	<b>9.568.865,68</b>

## 9 - Outras informações

### 9.1. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Diretor Executivo

Contabilista Certificado

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	1.550,32	266,68
Trabalhos especializados	798,32	
Honorários	752,00	266,68
Materiais	240,08	102,77
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	203,13	
Material de escritório	36,90	102,77
Energia e fluidos	2.793,94	
Elettricidade	1.794,43	
Água	999,51	
Serviços diversos	6.281,29	227,00
Rendas e alugueres	6.000,00	
Comunicação	247,44	
Contencioso e notariado		227,00
Limpeza, higiene e conforto	33,85	
<b>Total</b>	<b>10.865,58</b>	<b>596,45</b>

## 10 - Acontecimentos após data de balanço

### 10.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;  
O Diretor Executivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.


b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.  
Os Fundadores da Fundação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

### 10.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Diretor Executivo

Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2018  
(montantes em euros)

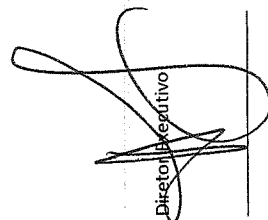
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /		Total	Impressos que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
							outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	1.000.000,00						6.365,68	1.006.365,68		1.006.365,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			6.365,68					(6.365,68)			
	7		6.365,68					(6.365,68)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							609,67	609,67		609,67
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							609,67	609,67		609,67
OPERAÇÕES COM INSTRUTORES NO PERÍODO											
Subsídios, doações e legados							8.562.500,00		8.562.500,00		8.562.500,00
	10						8.562.500,00		8.562.500,00		8.562.500,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7+8+10	1.000.000,00	6.365,68				8.562.500,00	609,67	9.569.475,35		9.569.475,35

Diretor Executivo

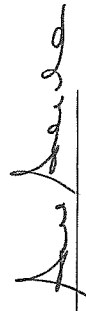
Contabilista Certificado

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2018**  
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	notas	Fundos	Excedentes diferenciais	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes da transferência	Ajustamentos / outras alterações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	<b>1</b>	<b>1.000.000,00</b>						<b>6.365,68</b>	<b>1.006.365,68</b>		<b>1.006.365,68</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2							(6.365,68)	(6.365,68)		(6.365,68)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							<b>(6.365,68)</b>	<b>(6.365,68)</b>		<b>(6.365,68)</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>							<b>6.365,68</b>	<b>6.365,68</b>		<b>6.365,68</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos	8	1.000.000,00							1.000.000,00		1.000.000,00
Outras Operações		(1.000.000,00)							(1.000.000,00)		(1.000.000,00)
	5	1.000.000,00							1.000.000,00		1.000.000,00
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>1.000.000,00</b>						<b>6.365,68</b>	<b>1.006.365,68</b>		<b>1.006.365,68</b>

  
Diretor Executivo

Contabilista Certificado





## **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

**7**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho de Administração da  
Fundação António e Maria Eduarda Gomes  
Lisboa

Em cumprimento do disposto nos Estatutos da Fundação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Diretor Executivo e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da vossa Fundação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pelo Diretor Executivo quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.


Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pelo Diretor Executivo, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Fundação.

Como consequência do trabalho efetuado o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pelo Diretor Executivo deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pelo Diretor Executivo devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Diretor Executivo deve ser aprovada.

Lisboa, 20 de março de 2019

### **O CONSELHO FISCAL**

  
Paulo Dinis Delgado Chaves - Presidente

  
Luís Manuel Saraiva - Vogal

Augusto Manuel Nunes Baptista- Vogal

